

UM OLHAR REFLEXIVO SOBRE A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA DE ATIKUM SALGUEIRO

Jailson da Silva Souza¹

RESUMO: Este artigo busca discutir a importância da Educação Escolar Indígena no processo de fortalecimento dos saberes específicos e diferenciados. Quando os povos indígenas afirmam que a educação escolar indígena é um grande desafio, a razão principal não é o desconhecimento de procedimentos didáticos ou de conteúdos curriculares, mas sim o fato que a lógica de organizações da escola contraria a lógica de vida destas culturas, a seguinte pesquisa justifica-se em formar e conscientizar os indígenas a serem protagonistas dos seus próprios saberes, pois a educação colonizadora tem como objetivo manipular, integrar e apagar da memória dos povos indígenas suas identidades, fazendo com que os povos originários tornem-se iguais à sociedade envolvente. O objetivo do artigo é valorizar os conhecimentos tradicionais do povo Atikum sendo conhecedores da sua própria história. Com a luta e resistência dos mais velhos, pela garantia dos direitos aos reconhecimentos nacionais negados há muitos séculos. A iniciativa foi usar o ensino a seu favor, pois desta maneira estariam aprendendo a se defender através da oralidade. Entendemos que a educação indígena aprende-se na comunidade.

765

Palavras-chave: Indígenas. Atikum. Educação. Desafios.

ABSTRACT: This article seeks to discuss the importance of Indigenous School Education in the process of strengthening specific and differentiated knowledge. When indigenous people claim that indigenous school education is a great challenge, the main reason is not the lack of didactic procedures or curriculum content, but the fact that the logic of school organizations contradicts the logic of life of these cultures, the The following research is justified in training and raising awareness among indigenous peoples to be protagonists of their own knowledge, as colonizing education aims to manipulate, integrate and erase their identities from the memory of indigenous peoples, making native peoples become equal to surrounding society. The aim of the article is to enhance the traditional knowledge of the Atikum people by being knowledgeable about their own history. With the struggle and resistance of the elders, to guarantee the rights to national recognition denied for many centuries. The initiative was to use the teaching in their favor, as this way they would be learning to defend themselves through orality. We understand that indigenous education is learned in the community.

Keywords: Indigenous people. Atikum. Education. Challenges.

¹ Graduando do curso de letras pela FACHUSC - Faculdade de Ciências Humanas do Sertão Central.

INTRODUÇÃO

O povo Atikum está localizado nos municípios de Carnaubeira da Penha e Salgueiro formando aproximadamente 8.000 indígenas. A partir de 2002 foram estadualizadas 22 escolas sendo 14 localizadas em Carnaubeira da Penha e 08 no município de Salgueiro. Depois da conquista das escolas os professores e lideranças reorganizaram a educação escolar por núcleos, a iniciativa foi criar o (PPP) projeto político pedagógico para o reconhecimento normativo e autonomia do povo atikum, reuniram-se professores, lideranças, pessoas mais velhas e a comunidade em geral. A educação escolar indígena, através dos docentes, discentes e toda a comunidade, pretende sensibilizar o povo atikum para a importância do respeito mútuo e da união entre todos para o fortalecimento do grupo.

Diante de discussões entre organização de educação indígena e diferenciada vinculando o educando indígena à sua cultura, costumes e tradições, sobretudo construir para o enriquecimento da prática pedagógica dos nossos educadores na busca de uma educação indígena de qualidade vivenciando seus valores étnicos sociocultural na sociedade. Em atikum Salgueiro as escolas estão divididas em núcleos, sendo esses funcionando três escolas: Escola Estadual Indígena Joaquim Vieira, Escola Estadual Indígena Santa Luzia e a Escola Estadual Indígena São Domingos Sávio. O núcleo II é composto por 05 escolas: Escola Estadual Indígena Epifânio Bezerra, Escola Estadual Indígena Lúcio Quirino de Farias, Escola Estadual indígena José Pedro Pereira, Indígena Antônio Pedro dos Santos e Indígena José Gomes da Silva, nessas escolas atende ao público de educação infantil ao 5º ano do ensino fundamental, ressaltando que apenas a Escola José Pedro Pereira funciona com o 6º ao 9º ano e o ensino médio com aproximadamente 580 alunos e 33 professores divididos em dois núcleos. Os núcleos são compostos por 01 coordenador geral, 01 adjunto, 03 pedagógicos, 02 para atender infantil ao 5º ano e outro do 6º ano ao ensino médio, 02 secretários e 01 administrativo.

A educação depende da comunidade, essa participação efetiva em todos os momentos do processo não deve ser um detalhe técnico e formal, mas sim a garantia de sua realização no processo pedagógico da escola, na definição dos objetivos e dos conteúdos

curriculares nas práticas metodológicas assim, assumindo o papel necessário para a afetividade de uma educação específica e diferen

2. CURRÍCULOS NAS ESCOLAS INDÍGENAS

Todo o projeto de construção da escola e do currículo escolar indígena pelos povos indígenas em Pernambuco tem origem na luta das lideranças e antepassados indígenas pelo território, em toda essa luta os povos indígenas articularam-se e mobilizaram-se pela garantia de seus direitos fundamentais como: saúde, educação, melhores condições de sobrevivência material e imaterial de seus povos pela garantia da continuidade de suas gerações.

A conquista desses direitos se constitui como fortalecedora e propulsora da reorganização da “escola que almejamos”. Nessa ocasião na década de 90 foi discutido junto ao movimento de professores e lideranças indígenas sobre “a escola que temos x a escola que queremos” buscando o fortalecimento da identidade étnica das crianças, jovens e demais pessoas da comunidade. Reordenando os elementos, os sentidos e acultura na medida em que se reconheciam, através desse processo, e na medida em que se afirmavam junto à sociedade majoritária e com os seus pares enquanto indígenas.

Com a luta e mobilização foi definido os princípios que orientariam a educação escolar indígena e conseqüentemente a prática curricular que seria vivenciada através da escola. Nesse Período, por volta de 1999, através de uma decisão política do movimento indígena, começamos a reivindicar a estadualização das escolas indígenas, a qual somente em 12 de agosto de 2002 vem se consolidar através do decreto n.24628. Em 16 de novembro de 2004, é regulamentada a categoria escolar indígena em Pernambuco através da resolução n.05.

Nesse contexto de redefinições conceituais, estruturais e legais da educação escolar indígena foram sistematizados os princípios e eixos a partir dos quais também foram reorientadas as práticas curriculares nas escolas indígenas. De modo que os princípios consistiam na interculturalidade, coletividade, especificidade e diferença. Enquanto os eixos

tratavam de temas estruturantes e essenciais à concretização do projeto de escola e sociedade, sendo eles: território, história, identidade, organização, bilinguismo e interculturalidade. A interculturalidade, atualmente tem repensado e concebido pelo seu viés crítico, ou seja, não se configurando mais enquanto um eixo ou tema que tem a função de relacionar, organizar e juntar os saberes através do currículo. A interculturalidade tem sido sobretudo, um processo que deve ocorrer desde os próprios indígenas, assim busca superar a perspectiva relacional ou funcional, requerendo a transformação das estruturas, instituições e relações sociais de poder na perspectiva de possibilitar outros modos de ser, saber, pensar, ensinar, viver e aprender, (WALSH, 2009).

De tal modo o percurso de construção do currículo volta-se a esta interculturalidade crítica. O currículo seja enquanto documento escrito, como o vivido através da escola é percurso contínuo de luta pela transformação e organização de um pensamento autônomo, de uma prática autoral, de um fazer indígena que vai sendo tecida juntamente com a comunidade educativa. Seu objetivo é contribuir para uma prática educativa e curricular mais engajada com o projeto societário dos povos, bem como, com a contínua resignificação da escola, ou seja, para o fortalecimento das identidades étnicas, a partir do que representa para os povos indígenas seu território tradicional e os saberes através dele construído.

As concepções apresentadas neste texto se constituem como instrumento político pedagógico desenvolvido nas escolas indígenas. Enquanto referências servem como subsídios para o desenvolvimento do ensino e aprendizagem de saberes e conhecimentos de processos metodológicos, avaliativos e da sistematização de materiais didáticos autorais. Para a elaboração dessas concepções também foram consideradas como referências as leis que asseguram os direitos dos povos indígenas a uma educação específica, diferenciada e intercultural. Entre elas a constituição federal de 1988, a convenção 169 da organização internacional do trabalho (OIT), a lei de diretrizes e bases da educação nacional (Lei 9.394/1996), o referencial curricular nacional para as escolas indígenas (RCNEI), o plano nacional de educação (PNE, 2014), as diretrizes curriculares nacionais para a educação escolar indígena (Resolução 5/2012) e o parecer 13/2012, estes últimos, elaborados pelo

conselho nacional de educação através da comissão educação básica. Dessa maneira, foram abordadas a educação que se aprende na escola e a na comunidade indígena. Nesse sentido, o currículo intercultural é apresentado como uma possibilidade de diálogo capaz de transformar a prática curricular, pedagógica e escolar no contexto indígena. Em seguida, elenca-se um dos principais desafios para a implementação desse currículo.

As concepções acerca dos saberes, conhecimentos e espaços de saber. Nela foi evidenciada a dimensão epistêmica do currículo, na construção de um “saber” e também através da relação da relação estabelecida entre professores, estudantes, lideranças e a comunidade educativa. Ressalta-se ainda que, esse processo é realizado a partir de alguns propósitos e enquanto mediação de saberes e conhecimentos através da escola indígena.

3. CURRÍCULO INTERCULTURAL

Para compreender o currículo das escolas indígenas é necessário, antes de remeter-se a importância da educação que ocorre na comunidade. Essa educação se difere da educação escolar e é historicamente anterior a esta, pois acontece nas relações sociais do dia a dia que ocorrem no povo, junto à população que o constitui, através dos diferentes espaços, entre eles: nos rituais, nas casas de orações, nas rodas de conversa, sendo uma atribuição de todos que fazem parte da comunidade indígena.

A educação que ocorre no âmbito comunitário tem como elemento principal o ensino e aprendizagem através da oralidade, por meio da comunicação oral, dos relatos e experiências contados pelos mais velhos e antepassados. A oralidade tornou-se um dos aspectos mais importantes no processo de reelaboração cultural dos povos indígenas. Outro aspecto dessa educação comunitária é que ela ocorre através das relações sociais entre as pessoas, na própria comunidade indígena, através da presença, dos valores, e comportamento desses que se fazem educadores, que se tornam muitas vezes exemplo, pois ensinam não só pelo que dizem, mas principalmente através de suas atitudes no cotidiano. Entretanto, a educação escolar tem sido ressignificada através de mecanismos que buscam dialogar com

alguns aspectos próprios da educação indígena. Ou seja, a escola apesar de ter origem colonizadora, foi e ainda é constantemente resignificada para que sirva aos interesses e projetos societários dos povos indígenas.

Neste sentido, na escola indígena não é apenas os professores que se responsabilizam diretamente pela educação escolar de jovens e crianças. Além destes, as organizações internas, lideranças e famílias. E os membros da comunidade são responsáveis por auxiliar e influenciar de forma ampla e coletiva, as decisões da escola indígena.

Tal como foi colocado no parágrafo anterior, a resignificação da escola no contexto indígena envolveu uma mudança de paradigma, inclusive em relação ao próprio projeto político pedagógico (PPP) escolar, o qual passou a ser concebido no contexto indígena também de modo resignificado. Isso porque, anteriormente, não existia um documento construído pelos próprios indígenas que expressasse o entendimento destes sobre a função social das escolas indígenas. De modo que, a partir de 2000, os povos indígenas começaram a sistematizar os projetos políticos pedagógicos de seus povos, e diferente da norma preconizada pelo Estado, cada povo ao invés de elaborar o seu (PPP) por escola, elaborou um (PPP) que contemplava todas as escolas do povo.

Dessa maneira, cada povo indígena reafirmou que a função social de suas escolas estava atrelada a um projeto coletivo de povo, portanto, um único documento era suficiente para expressar a intencionalidade da educação escolar em cada povo. Nesses documentos os povos expressaram cada um a seu modo, interesses que convergiam à função social da escola indígena. Nesses termos, afirmavam que suas escolas têm a função social de fortalecer a identidade étnica dos estudantes, no processo ao patrimônio histórico, cultural e natural deixado pelos antepassados indígenas, considerando o processo de resistência, luta e conquistas dos povos indígenas.

CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

INTERCULTURAL	DIFERENCIADO	COLETIVIDADE	ESPECÍFICO
Processo que busca a redefinição de estruturas sociais, epistêmicas e de existências para a promoção de relações equitativas entre lógicas, práticas e modos culturais de pensar, ensinar, aprender, viver e ser diferentes.	A distinção entre as formas de produção do saber e processos próprios de ensino e de aprendizagem.	A construção, decisões e práticas escolar e curricular são realizadas para, pelo e através do coletivo, ou seja, abrange os diversos sujeitos que compõe a comunidade educativa.	Pensar e realizar os processos de ensino e aprendizagem a partir dos saberes tradicionais próprios de cada povo indígena.

Com base nestes princípios, o currículo numa perspectiva intercultural deve possibilitar o conhecimento das diferentes tradições culturais, entretanto, esse conhecimento deve propiciar o fortalecimento dessas identidades culturais através de mecanismos que garantam relações equitativas. Ao partir de uma perspectiva de interculturalidade crítica, tal como afirma Walsh (2010), busca-se superar o viés relacionado ao funcional de interculturalidade.

De modo, que o currículo enquanto construção coletiva realizada a partir dos territórios indígenas requer a mudança das estruturas sociais, das relações sociais e de poder que a constituem. Para que assim possa garantir que as lógicas, pensamentos, saberes produzidos pelas comunidades indígenas, e que guiam a educação escolar indígena, sejam tratados de modo equivalente às demais lógicas que operam em outras comunidades,

territórios e conhecimentos científicos que se projetam nas escolas brasileiras. Portanto, este currículo é luta travada tanto pelo movimento indígena quanto pelos professores indígenas no dia a dia escolar quando procuram abordar seus próprios saberes, sem relegar os demais, quando através da pesquisa problematizam o modo como estes saberes foram produzidos, em que condições se deram e os interesses em jogo. Numa prática curricular que busca reverter o processo de invisibilidade e negação às populações indígenas, à medida que desvela seus próprios saberes e imprime sua própria lógica tão legítima e necessária quantas àquelas, por exemplo, que foram universalizadas através de conhecimentos específicos.

Na perspectiva dos professores indígenas, o currículo intercultural indígena é um processo de significado histórico baseado numa ação social significativa de caráter comunicacional e intercultural. Todas essas decisões acabam por desenhar um determinado currículo, ou seja, acabam por organizar e dar direção a experiência educativa vivida pelos alunos e professores em sua escola em um período, e essas decisões vai sofrendo mudanças de acordo com as necessidades diversas que vão surgindo na comunidade educativa. É comum entre professores, pais, comunidade, lideranças, pajés, caciques e anciões como referência para a identificação e escolha de práticas pedagógicas adequadas às escolas.

Entendemos que a TERRA, IDENTIDADE, ORGANIZAÇÃO, HISTÓRIA e INTERCULTURALIDADE são aspectos fundamentais na nossa educação escolar, pois fortalecem o projeto de sociedade que queremos. São necessários para a formação de guerreiros, e a partir desses cinco eixos atualizamos os diversos projetos pedagógicos e políticos desenvolvidos em nossas aldeias.

TERRA: reconhecemos o território como o espaço sagrado de habitação natural, lugar dos nossos mitos, conhecimentos, tradições, espaços de moradia dos antepassados, que é uma fonte de inspiração para agirmos e interagirmos com a mãe natureza. É também o lugar de manter viva a resistência, as experiências da cultura, onde depositamos a esperança e os sonhos de construção do nosso projeto de vida.

IDENTIDADE: A identidade é sempre reelaborada, nas formas de convivência, no espaço e no tempo a partir do cotidiano e da relação com seus encantados, quando lutam pela conquista da mãe terra. Identidade dos índios nasce e se constrói em seus territórios.

HISTÓRIA: conhecer a história dos povos indígenas é condição essencial para dar continuidade à identidade atikum, a história é passada em vários locais e situações, transmitidas pela oralidade em todos os espaços educativos.

INTERCULTURALIDADE: Existem vários tipos de culturas, mas cada povo tem uma própria e diferente das outras. Na sociedade onde vivemos, há diferentes formas de se vestir, pensar, trabalhar e agir. Para que nossas crianças e jovens conheçam outras culturas, respeitem as outras formas de viver e tenham acesso ao conhecimento da sociedade que nos rodeia, nossa escola tem que ser intercultural.

ORGANIZAÇÃO: A organização social e política do nosso povo é outro elemento importante para sustentação da educação escolar indígena, a organização interna tem como características fundamentais, a garantia da participação de todos os membros da comunidade. Pois, através dessas, organizamos processos de lutas e conquistas garantindo o direito à escola, saúde, política agrícola e outros.

BILINGUISMO: Esse eixo é vivenciado no povo indígena Fulni-ô, porque os mesmos é quem falam a língua materna.

4. CALENDÁRIO ESCOLAR ESPECÍFICO E DIFERENCIADO

A maioria das instituições educacionais incorporam em suas práticas, comemorações de datas comemorativas para a comunidade, são datas específicas que comemoram momentos da história, símbolos ou heróis. Essas datas são lembradas nas escolas sem grandes inovações, tanto nas atividades propostas, quanto nas escolhas da mesma. Pensando assim, nessas datas, foi criado um calendário que atende as especificidades dos índios. Os profissionais da educação montam a tradição de destacar as datas, como por exemplo, “o dia do índio”, desenvolvemos uma série de atividades, a história dos nossos antepassados contadas pelos anciões, ritual sagrado que é a forma de fortalecimento da nossa cultura, na

escrita exploramos a história das lideranças dos mais velhos, fazemos oficinas de recontos, feira de cultura e a de materiais pedagógicos. Com relação às atividades propostas, não se pode perder de vista a rotina de cada escola com elementos permanentes e fundamentais para o desenvolvimento do trabalho e projetos na educação indígena.

É importante que a temática norteadora das relações étnico-raciais esteja contida nos projetos pedagógicos realizados em determinadas fases do ano, está inserido na proposta pedagógica da escola significa que o tema será trabalhado permanentemente e nessa perspectiva é possível criar condições para que não ocorram intervenções mirantes pontuais. Daquilo que a LDB estabelece com relação ao calendário escolar, cabe ressaltar que o mesmo deve adequar-se as peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas.

A escola organiza-se de acordo com as vivências culturais independentemente do ano. No artigo 23, a lei trata da diversidade na organização escolar, que poderá ser de série anual períodos semestrais pensando nessa organização do calendário específico nos Atikum Salgueiro, realizamos nosso recesso escolar no período do mês de agosto, com a distribuição de 200 dias letivos e 800 horas aulas no decorrer do ano, os feriados nacionais e datas comemorativas que são priorizadas, são as datas que marcam o processo de luta do nosso povo.

5. PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NA ESCOLA INDÍGENA

O projeto político pedagógico foi elaborado efetivamente com a comunidade escolar, lideranças, pais e organizações indígenas do nosso povo atikum, diante de discussões e debates entre organização da abordagem de uma educação indígena diferenciada vinculando o educando à sua cultura, costumes, tradições e, sobretudo construir para o enriquecimento da prática pedagógica dos nossos educadores na busca de uma educação indígena de qualidade trazendo em memória seus valores étnicos, moral e sociocultural na sociedade.

O (PPP) na escola indígena é um documento que abrangente que envolve os processos educativos vividos pelos povos indígenas e está fundamentado da (LDBEN) Lei de diretrizes e bases da educação nacional Nº 9.394/1996 e nas diretrizes curriculares

nacionais indígenas, na educação básica resolução CNE nº 05/2012). Dessa forma trabalha-se com as diretrizes curriculares nacionais referentes a cada etapa da educação e as características próprias da escola indígena, em respeito à especificidade étnico-cultural de cada povo, para que o processo ensino-aprendizagem seja bem-sucedido privilegiando a educação diferenciada, especificam intercultural e bilíngue formando guerreiros com a espiritualidade, fortalecidos sem perder a essência da cultura do povo. A comunidade deve decidir o que vai ser ensinado na escola, como vai funcionar ensinar nossos costumes, crenças, e trabalhar de acordo com nossas organizações. (Lideranças Atikum, encontro sobre currículo 2018).

Valem ressaltar que os projetos políticos pedagógicos das escolas indígenas devem ser assim, elaborados pelos professores indígenas em articulação com toda a comunidade educativa, lideranças, pais, mães ou responsáveis pelo estudante, os próprios alunos de todas as etapas e modalidades da educação escolar indígena, para tanto, devem ser objeto de consulta livre, para sua aprovação comunitária e o reconhecimento junto aos sistemas de ensino.

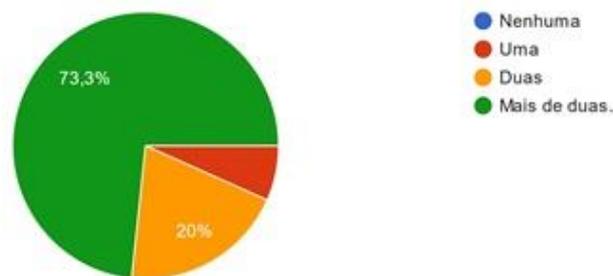
O (PPP) reforça a participação e o envolvimento de profissionais da educação escolar indígena, conforme a sua organização social que é elaborado a partir da vivência de todos seus integrantes, fundamentada nas leis nacionais da educação brasileira. Mediante a contextualização e a interdisciplinaridade, a transdisciplinaridade e o incentivo ao raciocínio e a capacidade de o projeto ser construído a partir das necessidades das escolas e dos povos indígenas, com o objetivo de desenvolver práticas pedagógicas diferenciadas que garantam a liberdade e a autonomia para a conquista de um espaço de direito numa luta contínua fazendo prevalecer a valorização da cultura.

6. ANÁLISE DE DADOS

Os dados coletados, serão analisados e discutidos os resultados obtidos através do questionário aplicado com a comunidade Atikum. A fim de manter sigilo os nomes dos participantes da pesquisa não foram expostos.

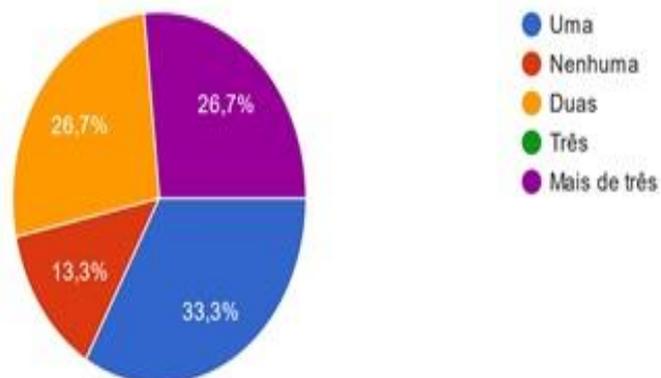
A referida pesquisa tem abordagem quantitativa e os resultados adquiridos estão sendo apresentados em gráficos. Para cada pergunta, os alunos e os professores Atikums tiveram várias opções como respostas, como se pode observar nos gráficos:

1- Quantas pessoas terminaram o segundo grau, em sua família?



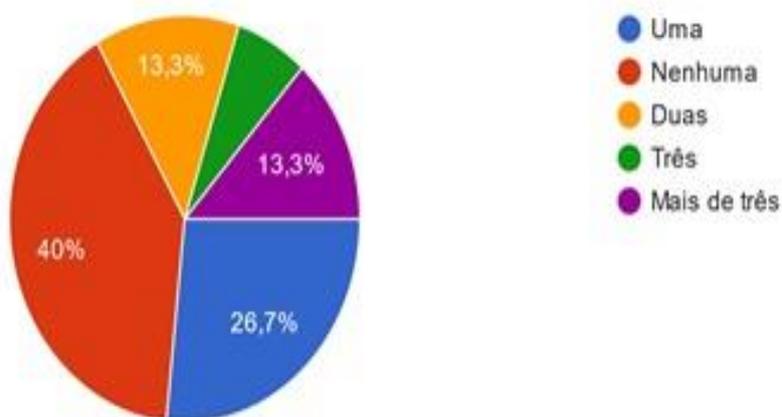
Os dados com a aplicação do questionário, na questão, podemos ver que a maioria dos estudantes Atikums, 73%, terminaram o segundo grau. É um ponto muito positivo, e creio que com o tempo esse número poderá aumentar com a nova geração.

2- Quantas pessoas em sua família cursaram uma faculdade?



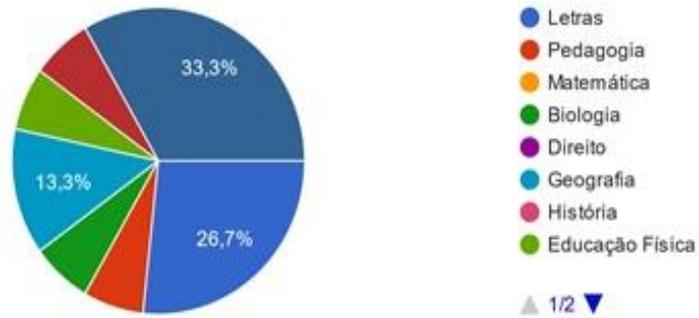
Na questão 2, é bastante satisfatório, pois apenas 13% não cursaram uma faculdade, e dependendo da família há um certo equilíbrio. Pois de acordo com o gráfico: 26,7% há famílias com três pessoas que cursaram uma faculdade, 26,7% mais de duas pessoas e 33,3% uma pessoa.

3- Quantas pessoas estão cursando faculdade em sua família?



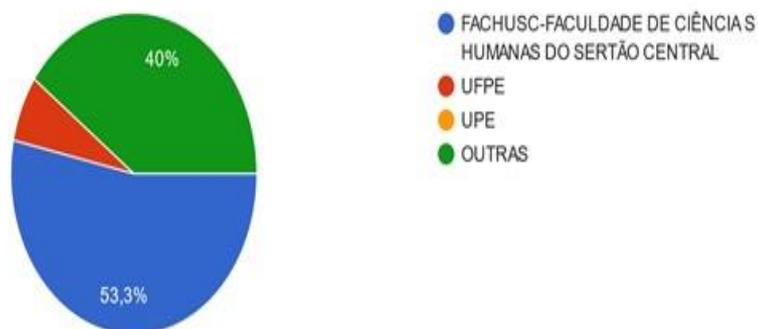
Na questão 3, comparando com a questão 2, há pessoas que terminaram um curso universitário e outros que continuam cursando. Dos 26,7% em que duas pessoas cursaram uma faculdade apenas 13,3% estão em processo de formação. Da mesma forma que os que tinham três pessoas em processo de formação. O que aumentou foi a quantidade de membros Atikums em relação a não estar cursando uma faculdade que é de 40%, porém esse aumento é pelo motivo de muitos terem terminado sua faculdade. A diferença das famílias dos membros que continuam cursando, com 26,7%, diminuíram devido os 7,4% terem terminado o curso universitário. O mesmo aconteceu com as famílias que tinham mais de três pessoas que cursaram uma faculdade. A diferença entre os que terminaram e os que ainda continuam estudando de é de 13,4%.

4- Se em sua família há alguém que cursou uma faculdade, qual foi o curso?



Na questão 4, 33,3% não cursaram nenhum curso ,dos que cursaram a maior concentração foi Letras com26.7%em segundo lugar Geografia com 13,3%, e os demais cursos: Pedagogia,História,Biologia e Educação Física tiveram a mesma porcentagem de 6,7%.

5- Em qual faculdade você ou alguém de sua família cursou ou está cursando?



Na questão 5,a maioria dos estudantes cursam na FACHUSC que fica situada no Sertão Central, na cidade de Salgueiro-PE ,e em segundo lugar com 40% em outras faculdades e 6,7% na UFPE situada em Recife capital do Pernambuco.

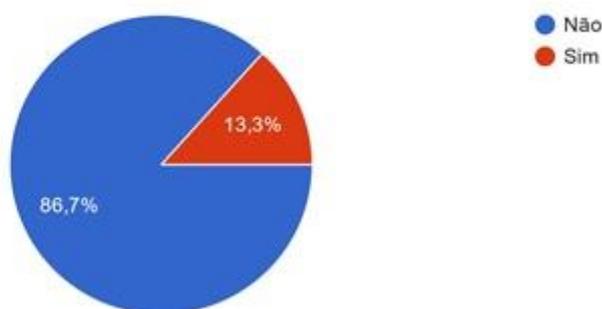
6-Em sua família há alguém que é professor de escola publica?



Na questão 6,46,7% dos professores formados não lecionam em escolas públicas. Não buscou-se saber, dos 40% ,quantos estão exercendo a função de professor em outras escolas ou se estão exercendo outras funções. 40% estão exercem a função de professor em escola pública estadual e 13,3% em escola pública municipal. Pode-se considerar gratificante pelo motivo da maioria, 60%, está exercendo sua função de educador em escolas públicas.

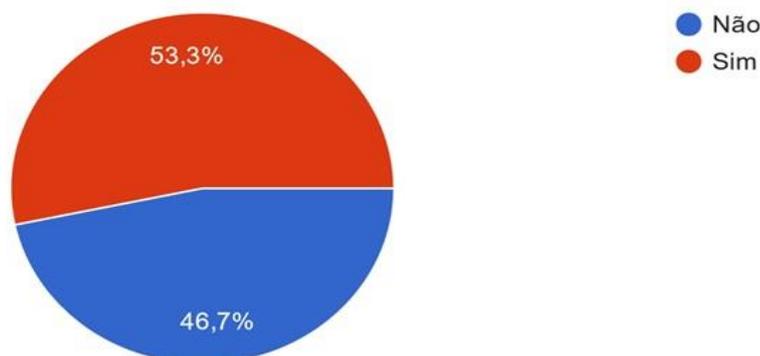
779

7- Há alguém em sua família que é professor universitário?



Na questão 7, 13,3% dos professores formados, atuam como professores universitários e 86,7% em escolas públicas do ensino fundamental e médio. Não resta dúvida que os 13,3% dos Atikums formados, representam muito para a sua comunidade. Pois diante de tantas dificuldades conseguem realizar o sonho em exercer a função de professor universitário.

8- Alguém de sua família tem pós-graduação ?



Na questão 8, 53,3% obtiveram uma pós-graduação, que é bastante satisfatório, e 46,7% não conseguiram realizar esse sonho ou estão tentando obtê-lo. Os dados obtidos com a aplicação do questionário demonstram a boa performance dos Atikums no cenário da educação no Sertão Central pernambucano.

7. CONCLUSÃO

Vivenciar os saberes específicos do povo atikum será uma maneira de mostrar a força e resistência dos povos indígenas tradicionais. Sendo tarefa fundamental para os docentes, comunidade, e está sempre junto aos seus detentores do saber, problematizando alternativas de valorização à identidade, seja dentro do espaço escolar ou não. No entanto o resultado deste artigo será análises e reflexões, para que as gerações vindouras possam conhecer a real trajetória de luta, por seus direitos à educação escolar indígena, e como professores, repassem pedagogicamente o que aprenderam com as famílias, lideranças, e o que os mais velhos passaram e nunca desistiram de seus ideais, sempre encontraram formas de sobreviver.

Transformar a educação escolar indígena em ferramenta de trabalho, não é tarefa fácil, precisa modificar os objetos convencionais fundamentados à lógica curricular com a realidade de vida do povo. Como também, os indígenas ocupar os espaços acadêmicos e tornar os estudos a seu favor modificando a visão etnocêntrica da sociedade. Dessa forma

poderá enfrentar as situações sociais e políticas saídas dos bastidores e passar a retomar o seu verdadeiro lugar da história indígena brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONIN, Iara Tatiana. E por falar em povos indígenas... Quais narrativas em práticas pedagógicas. Ano 2007

Comissão de professores indígenas de Pernambuco. Documento. Pernambuco, 2013.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília 2013.

BRASIL. RCNEI (Referência Curricular Nacional para as Escolas Indígenas 1999).